

Inserção da educação ambiental na escola municipal Silvestre Péricles – Maceió - AL

Merylane Porto da Silva LUZ¹, Karla GAMA², Marcela OLIVEIRA³

1. Faculdade Integrada Tiradentes (FITS)
 2. Mestre em Gestão e Políticas Ambientais
 3. FITS, Discentes do Curso de Ciências Biológicas
- E-mail: merylaneps@yahoo.com.br

Resumo

Diante do pouco conhecimento que se tem de como os princípios e práticas de educação ambiental vem sendo inseridas nas escolas municipais de Maceió, esta pesquisa teve como objetivos: 1) verificar as possíveis abordagens para a educação ambiental nos projetos e práticas pedagógicas adotadas com alunos da Escola Silvestre Péricles; 2) Avaliar o conhecimento e o interesse de professores e alunos em executar atividades e trabalhar conteúdos e realidades voltados à formação de cidadãos conscientes quanto às questões ambientais. A Escola Silvestre Péricles, localizada no bairro do Pontal, foi reconhecida e teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto nº 33711. Atualmente, oferece à comunidade três modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental do 1º ao 6º ciclos e Educação de Jovens e Adultos. A pesquisa foi realizada com os alunos e professores de 5ª a 8ª série (2º ciclo). Os instrumentos da pesquisa foram dois questionários dirigidos, um aos professores e outro aos alunos. A realidade constatada neste estudo não foi muito diferente da realidade da maioria das escolas públicas. Apesar de afirmarem estar cientes das responsabilidades da escola, como agente transformador, de trabalhar a educação ambiental no âmbito do ensino formal, os professores não desenvolvem este tema transversal de maneira continuada, desenvolvendo apenas projetos isolados. Tanto professores quanto alunos se mostram apáticos e pouco interessados em desenvolver atividades e projetos de conscientização ambiental na escola, bem como, no caso dos professores, foi percebida a dificuldade de inserir o tema no conteúdo programático das disciplinas, o que reflete uma realidade preocupante.

Palavras-chave: inserção, educação ambiental, escolas públicas

Introdução

Hodiernamente, os problemas ambientais enfrentados pelas sociedades têm exigido cada vez mais a formação de cidadãos conscientes das suas escolhas e do que estas representam para o seu futuro e o das próximas gerações. Nesta ótica, a educação ambiental tem sido citada como alternativa para garantir esta formação. No entanto, ainda percebe-se uma confusão quanto aos princípios e práticas de educação ambiental nas escolas brasileiras.

A problemática da Educação Ambiental não se constitui um tema recente nas agendas públicas dos governos, no entanto pouco se tem realizado na implementação concreta de programas, diretrizes e políticas com o propósito de incentivá-la e promovê-la, tanto no âmbito da educação formal quanto no da educação informal (VEIGA, 2005).

O que denominamos educação ambiental, como um todo, visa trabalhar conteúdos, conhecimentos e informações que contribuam para a formação de cidadãos mais conscientes dos problemas ambientais, o que implica mudanças de atitudes e motivação para agir em prol

da minimização dos mesmos, bem como na busca de uma atitude mais proativa frente às mudanças que se fazem necessárias.

No âmbito educacional formal, a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN1 - em relação à temática transversal Meio Ambiente, afirma que “a Educação Ambiental deve permear todas as disciplinas do currículo escolar” e que quando bem realizada provoca mudanças no comportamento pessoal e nas atitudes e valores de cidadania com fortes consequências sociais. Isto fomenta no discente, a reflexão crítica/analítica sobre o exercício pleno da cidadania (PCN – Transversalidades, 1997).

“A transversalidade busca superar o conceito de disciplina, através da intercomunicação entre as disciplinas, tratando de um tema/objetivo/problema comum (transversal)” (OLIVEIRA, 2005). Portanto, os temas transversais, como a educação ambiental, não devem ser trabalhados por uma nova disciplina, mas através da internalização de assuntos/temas dentro de todas as disciplinas curriculares, além do desenvolvimento de projetos, capazes de promover a confluência de conhecimentos e saberes que proporcionem uma visão holística das realidades consideradas e da relevância das ações coletivas para resolução da problemática ambiental vivenciada.

A interdisciplinaridade surge como uma necessidade prática de articulação dos conhecimentos, mas constitui um dos efeitos ideológicos mais importantes sobre o atual desenvolvimento das ciências, justamente por apresentar-se como o fundamento de uma articulação teórica. Dessa forma, os fenômenos não são captados a partir do objeto teórico de uma disciplina científica, mas surgem da interação das partes constitutivas de um todo visível. (LEFF, 2002).

Em 1999, a Lei nº 9795/92 que dispõe da Política Nacional de Educação Ambiental, redimensionou e facilitou a inclusão da proposta dos PCN em relação à educação ambiental de forma obrigatória, em todos os níveis de ensino básico e superior, sendo considerada pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC) componente urgente e essencial.

As atuais iniciativas pedagógicas procuram responder às novas demandas sociais, reorientando as práticas educacionais, revendo conteúdos, metodologias e incentivando a formação continuada dos professores, entre outras medidas de interação e mudanças sócio-educacionais (MARTINEZ, 2006).

A Política de Educação Ambiental é uma esfera de ação educativa que engloba não só órgãos e entidades integrantes do sistema nacional do meio ambiente, mas também instituições educacionais públicas e privadas, órgãos públicos da união, dos estados do Distrito e dos municípios e ONG's com atuação em educação ambiental.

Conforme SILVA (2004), A educação ambiental deve estar inserida num projeto educacional que tenha como metas as transformações das relações entre Ciência, Sociedade, Tecnologia e Ambiente, em direção a sustentabilidade. Entretanto, para garantir a inserção da temática ambiental, há necessidade de reflexão sobre conceitos e pressupostos ambientais e educacionais que norteiam as políticas e práticas de educação ambiental.

Diante do pouco conhecimento que se tem de como os princípios e práticas de educação ambiental vem sendo inseridas nas escolas municipais de Maceió, esta pesquisa teve como objetivos: 1) verificar as possíveis abordagens para a educação ambiental nos projetos e práticas pedagógicas adotadas com alunos da Escola Silvestre Péricles; 2) Avaliar o conhecimento e o interesse de professores e alunos em executar atividades e trabalhar conteúdos e realidades voltados à formação de cidadãos conscientes quanto às questões ambientais.

A Escola Silvestre Péricles foi reconhecida e teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto nº 33711. Atualmente, oferece à comunidade três modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental do 1º ao 6º ciclos e Educação de Jovens e Adultos.

A maioria dos 500 alunos regularmente matriculados reside no Pontal da Barra, em bairros circunvizinhos e em algumas ilhas situadas às margens da Lagoa Mundaú, um dos ecossistemas mais relevantes para o Estado de Alagoas.

Metodologia

A pesquisa foi realizada com os alunos e professores de 5ª a 8ª série (2º ciclo) da Escola Silvestre Péricles. A partir de observações livres e do contato direto com os envolvidos, foi possível que outras características de interesse surgissem durante o processo de coleta de dados e que posteriormente foram discutidas e interpretadas pelas autoras.

Os trabalhos foram divididos em três etapas:

1) o levantamento de dados envolvendo o perfil da escola investigada, regimento, Projeto Político Pedagógico, projetos específicos voltados para educação e sensibilização ambiental;

2) a coleta de dados específicos junto aos alunos e professores a partir da aplicação de questionários.

3) a análise qualitativa e quantitativa dos dados coletados.

A amostragem foi definida em 10% do total dos alunos, o que correspondeu a 50 alunos, e 20% do total dos professores, o que correspondeu a 6 professores.

Os instrumentos da pesquisa foram dois questionários dirigidos, um aos professores e outro aos alunos. A elaboração dos questionários priorizou a obtenção de dados quantitativos como: número de professores que trabalham a temática ambiental em suas disciplinas, número de projetos e programas denominados de projetos de educação ambiental pelos alunos e professores; bem como dados qualitativos referentes ao interesse de professores e alunos pela temática ambiental, o conhecimento das necessidades e obrigatoriedades impostas pelas normas pertinentes da inserção da educação ambiental no contexto das disciplinas do currículo e em atividades extracurriculares, o conhecimento pelos professores do Projeto Político Pedagógico da escola e a inserção da educação ambiental no mesmo.

A estrutura dos questionários tanto dos professores quanto dos alunos continha onze questões, sendo que dez delas fechadas e uma aberta.

Inicialmente, foi realizado um pré-teste, com a finalidade de validar os instrumentos da pesquisa, analisando o nível de compreensão das perguntas por parte dos questionados, bem como se as mesmas atingiam de fato o objetivo a que se propunham, ou seja, se os dados necessários para se atingir os objetivos da pesquisa poderiam ser efetivamente coletados por estes instrumentos.

A aplicação do pré-teste, a um percentual de 5% do total de professores e alunos, demonstrou inviabilidade da aplicação dos mesmos como instrumentos da pesquisa, pois foram percebidas inconstâncias e discrepâncias nas respostas devidas a problemas de interpretação o que exigiu uma reelaboração das mesmas.

Após a aplicação dos questionários definitivos, foi realizado o tratamento dos dados.

Resultados

Com o objetivo de mapear a inserção da educação ambiental nas escolas brasileiras que oferecem o ensino fundamental, VEIGA (2005) empreendeu um estudo com o propósito de

identificar tendências, padrões e características de um processo incipiente, mas em andamento, da expansão da educação ambiental no país. Em 2001, o número de escolas que, de alguma maneira, afirmavam trabalhar a educação ambiental era de aproximadamente 115 mil, ao passo que, em 2004, este número aumentou para, aproximadamente, 152 mil escolas, apresentando assim uma taxa de crescimento de 32% no período sob análise. Foi constatado que a maioria das escolas que afirmavam inserir os conceitos e princípios da educação ambiental, na verdade, desenvolvem apenas alguns projetos isolados e não trabalham de maneira interdisciplinar e continuamente este tema nas disciplinas do currículo.

Na escola municipal Silvestre Péricles, a realidade constatada neste estudo não foi muito diferente da realidade da maioria das escolas públicas. Todos os professores afirmaram ter conhecimento das leis que regem a educação ambiental, no entanto, em todas as outras respostas fica evidente que, entre ter conhecimento da obrigatoriedade da inserção da educação ambiental como tema transversal e a sua prática, existe ainda um grande abismo.

Aproximadamente 10% do total dos alunos do ensino fundamental e 20% do total dos professores da escola responderam aos questionários. Os docentes demonstraram não ter conhecimento do conteúdo do PPP da escola e, apesar de não afirmarem categoricamente, ficou evidente que o PPP chegou pronto as mãos destes professores, podendo-se constatar que os mesmos não participaram da formulação deste documento, revelando o caráter antidemocrático deste processo. Infelizmente, esta é uma realidade de muitas escolas, principalmente das públicas. Analisando este, podemos constatar que o mesmo é um documento fechado, direcionado em sua maior parte às questões de ordem administrativa e normativa, fugindo do seu objetivo, e que não contempla a realidade cultural, social e ambiental da comunidade na qual a escola está inserida.

Na prática educativa da escola deve haver a preocupação em desenvolver o senso sócio-ambiental crítico dos alunos, o que requer engajamento e contribuição de todos os envolvidos, considerando as vivências de cada um. Essas ações metodológicas envolvem o desenvolvimento de um senso crítico local e total, saindo do simples olhar disciplinar para um olhar holisticamente temático.

Conforme SANTOS (1987),

O conhecimento local e total constitui-se em redor de temas que em dado momento são adaptados por grupos sociais concretos, como projetos de vidas locais, seja ele, reconstituir a história de um lugar, manter um espaço verde, construir um ambiente natural adequado às necessidades locais dentre outras.

Poucos professores afirmaram abordar em suas aulas temas referentes aos problemas ambientais e pode-se perceber a dificuldade de trabalhar a educação ambiental nos conteúdos das disciplinas. Em se tratando da inserção das realidades vivenciadas pelos alunos em sua localidade, poucas atividades são desenvolvidas, apesar da escola estar inserida em uma área de grande relevância ecológica, próxima a mangues e lagoas, sendo estas áreas tão importantes para a manutenção da diversidade dos ecossistemas costeiros de Maceió.

Poucos projetos são desenvolvidos e, quando acontecem, se dão por iniciativas de empresas e outras instituições de ensino que organizam e executam as atividades com os alunos. Tais projetos são ações pontuais sem continuidade e que não funcionam como incentivadores de uma mudança de conduta, sendo realizados por uma obrigação frente à instituição de dias comemorativos como dia da água, do meio ambiente e etc. Ainda tem de se considerar o caráter impositivo dos mesmos. Os alunos não opinam, nem participam da

elaboração do projeto, ficando impedidos de sugerir o melhor direcionamento das atividades desenvolvidas na escola.

Diante das respostas dadas pelos alunos, pode-se constatar que aqueles que ouviram falar ou trabalharam em sala de aula ou em campo com algum tema referente à educação ambiental, percebem a importância do mesmo e se mostram receptivos a trabalhar estes temas. Já os que nunca ouviram falar do assunto acham o tema pouco importante.

Quando questionados sobre os motivos de não desenvolverem atividades voltadas à educação ambiental, a maioria dos professores citou o despreparo, a falta de recursos e falta de interesse dos alunos como os principais. Em contra partida, os alunos justificaram o seu desinteresse pelo assunto afirmando que os professores não estavam dispostos a desenvolver atividades atrativas e sempre discutiam os assuntos de maneira tradicional e cansativa e sempre em sala de aula.

As atividades extraclasse são imprescindíveis para fundamentar na prática a teoria e fazer o aluno vivenciar novas experiências, ter percepções em contatos diretos com o meio estudado, mas é uma atividade que demanda muito planejamento, organização, estudo, e que de preferência trabalhe a multidisciplinaridade, para abranger um maior aproveitamento desta atividade que requer, sobretudo, responsabilidade. Constatou-se que, praticamente todos os alunos (98,3%), gostariam de desenvolver atividades ao ar livre em contato com os ambientes naturais. A maioria demonstrou interesse em participar de aulas de campo, visitas a parques, exibição de vídeos/documentários. No entanto, foi percebida uma certa apatia dos professores e receio de se unir em prol do planejamento de tais atividades. A maioria alegou falta de tempo, pois todos tem outras atividades em outras escolas.

Um dos fatores que mais vem contribuindo para a inserção da educação ambiental formal são as constantes informações veiculadas pela mídia, que aliadas aos fatores da realidade local podem ser utilizados como ponto de partida para a realização de inúmeras atividades, além de possibilitar que conteúdos sejam mesclados. Infelizmente, os professores da escola Silvestre Péricles não fazem uso desta estratégia.

A utilização de material pedagógico contextualizado e interdisciplinar aliado a capacitação dos professores permite definir e/ou redefinir, aplicar, adaptar metodologias diferenciadas para a inserção da educação ambiental de forma transversal. Foi constatado que os professores não tem a sua disposição material pedagógico que facilite esta inserção. Além disto, poucos afirmaram ter conhecimento da possibilidade de solicitar bibliografia especializada ao Ministério do Meio Ambiente e ao MEC, que desenvolve e disponibiliza uma série de publicações para atender a esta demanda.

Mais uma vez em virtude de datas comemorativas, ministram aulas sobre assuntos específicos como desenvolvimento sustentável, preservação da biodiversidade, efeito estufa, entre outros. Estes temas não são abordados e mencionados nos conteúdos formais das disciplinas. Os professores afirmaram não relacionar temas como estes com seus conteúdos programáticos por não saber como fazê-lo. Esses dados reafirmam o que muitos pesquisadores da área relatam sobre a dificuldade de construção de conhecimentos que dependem da mudança de hábitos, de atitudes, de valores culturais, e que se tornam extremamente essenciais como fatores de transformação, mas que, encontram-se completamente interligados ao modo de viver da população. Por esse e outros motivos é que a educação ambiental se configura como uma abordagem educativa a ser trabalhada de forma contínua e permanente, ou seja, em constante movimento.

Dos alunos que assistiram às “aulas” de educação ambiental, 70% acharam ótimo, 28% acharam bom e 2% acharam mais ou menos.

Tanto alunos quanto professores vinculam educação ambiental à disciplina de ciências. Isto nos leva a crer que os professores das demais disciplinas pouco abordam ou não abordam esse tema. Observamos um alto percentual de alunos que associaram a educação ambiental a disciplina de inglês, isto porque, o professor de inglês é o mesmo que ministra a disciplina de ciências. Percebe-se então, que os alunos vinculam educação ambiental não apenas a uma disciplina, mas também ao professor.

Quando questionados sobre a participação nos projetos propostos pela direção e professores, 42% dos alunos relataram ter participado de algumas atividades. A mais citada foi um programa desenvolvido pela comunidade (Jovem Ambientalistas do Pontal), e 58% afirmaram que nunca participaram de nenhum projeto.

Quando questionados sobre os motivos da não inserção da educação ambiental nas práticas pedagógicas, os professores citaram a falta de capacitação, de apoio financeiro e de disponibilidade de tempo, contabilizando 75% do total de respostas.

Não é novidade a necessidade de atualização do professor para que sua prática atenda, de forma coerente e integrada, às necessidades dos sistemas de ensino e às mudanças sociais. Esse processo de construção permanente do conhecimento e do desenvolvimento profissional, a partir da formação inicial que transcende cursos de capacitação ou qualificação, é o que podemos chamar de formação continuada. Inclui nesse âmbito a formação de uma identidade pessoal e profissional que reconhece a docência como um campo de conhecimentos específicos, onde os profissionais contribuem com seus saberes, seus valores e suas experiências. É um percurso pessoal e profissional que ocorre de maneira intrínseca à experiência de vida, como importante condição de mudança de práticas pedagógicas. Se por um lado pensamos em programas de formação com metodologias que procurem adensar conceitos e temas sociais relevantes, por outro partimos do pressuposto de que o conhecimento não é dado como algo pronto, mas como resultado da interação desse sujeito com o seu meio, com as relações sociais e representações culturais. (CARVALHO, 2006).

Desde a institucionalização da Educação Ambiental no Ministério da Educação (MEC), foram implementados três grandes programas de formação continuada de professores e outros profissionais da educação, sendo dois deles específicos para o segundo ciclo do ensino fundamental.

O primeiro programa realizado pela Coordenação de Educação Ambiental (CEA), durante os anos de 1996 a 1998, consistiu na realização de 18 cursos presenciais em âmbito regional para técnicos das secretarias estaduais de educação, técnicos das delegacias estaduais do MEC, professores e professoras de escolas técnicas federais e universidades federais. Como estes cursos ocorreram na época do lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), propôs-se trabalhar a institucionalização da educação ambiental como tema transversal nas secretarias de educação e nas universidades, de forma que os cursandos se tornassem multiplicadores da metodologia.

O método proposto pela capacitação foi denominado de Proposta de Participação-Ação para Construção do Conhecimento – PROPACC e se fundamentava de forma explícita numa concepção construtivista de aprendizagem, considerando os conceitos prévios dos alunos que constroem seus conhecimentos a partir de suas experiências na procura das mudanças conceituais e na concepção do ensino como transformação e evolução gradativa.

À época, ainda era utilizado o termo “multiplicador” e “capacitação”, pois o enfoque não era diretamente para o universo da docência, mas sim para disseminar a educação ambiental no sistema de ensino como uma exigência da Conferência das Nações Unidas sobre

Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92) Eco-92 e do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

O programa Parâmetros em Ação-Meio Ambiente na Escola (PAMA), iniciado em 2000 pela Coordenação-Geral de Educação Ambiental (COEA), focalizou especificamente a docência e, nesse sentido, trabalhou a formação com base no desenvolvimento de competências, entendendo-as como a capacidade de usar múltiplos recursos, profissionais e pessoais. As competências definidas foram: a leitura, a escrita, a administração da própria formação, o trabalho compartilhado e a reflexão sobre a prática.

O objetivo do programa era traçar orientações para as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação na implementação dos PCNs e dos Referenciais Curriculares Nacionais para todos os segmentos e modalidades do ensino fundamental.

Introduziu-se, como instrumento metodológico, a necessidade de se trabalhar a questão ambiental em grupos de estudos com docentes de várias disciplinas. Nesses grupos pretendia-se que fossem criados vínculos, construídos conhecimentos coletivos a partir dos saberes prévios desses sujeitos, exercitados os consensos e dissensos que a questão ambiental suscita e reflexões sobre a prática pedagógica, além de adensados conteúdos por meio de leituras e exercícios do material instrucional de apoio.

Nesta pesquisa, percebeu-se que os professores não tem conhecimento destas questões e nem das possibilidades de realização de capacitações continuadas, apesar de afirmarem que estariam dispostos a participar de cursos deste tipo.

Quando os professores foram incentivados a avaliar o seu conhecimento a respeito das questões ambientais, 75% afirmaram ter um bom conhecimento, e 25% responderam que estão muito bem informados sobre as questões ambientais atuais.

Sobre a possível implantação da educação ambiental nos conteúdos de outras disciplinas que não a de ciências, 100% dos professores responderam ser possível a inserção em todas as disciplinas.

Conclusões

Diante das informações coletadas e analisadas, pode-se concluir que a realidade observada na Escola Municipal Silvestre Péricles não é diferente da maioria das demais escolas públicas do Brasil. A maior parte dos professores continua se queixando dos mesmos problemas, aparentemente sem solução em curto prazo. No entanto, temos muitas iniciativas que vem dando certo, obtendo bons resultados do ponto de vista pedagógico e de conscientização efetiva da comunidade que poderiam servir de exemplo. Apesar de todas as dificuldades que sabemos existir, também falta um pouco de disposição. Tanto professores quanto alunos se mostram apáticos e pouco interessados em desenvolver atividades e projetos de conscientização ambiental na escola, o que reflete uma realidade preocupante. Portanto, é necessário o investimento em ações que devolvam aos professores e alunos o desejo de atuarem em conjunto para a construção de uma escola mais envolvida com as questões ambientais e mais engajada com a comunidade. É preciso que o Poder Público desenvolva os mecanismos necessários para atingir este objetivo, como estratégias para melhorar a auto-estima de alunos e professores, busca de recursos para a realização de projetos que estimulem a participação e promovam a melhoria ambiental da localidade, e para a criação de canais de participação mais efetivos.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEFF, H. (2002). *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez.

MARTINEZ, P. H. **História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B S., Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. São Paulo, Revista de Estudos Avançados, p.46-71, maio/agosto 1988.

SILVA, M.L.S. A Fundamental Educação Ambiental para a sustentabilidade. ISSN 1678-0701, N 8, 2004. Disponível em <www.revistaea.com.br> Consultado dia 25.04.2010.

VEIGA, ALINNE. Um Retrato da Presença da Educação Ambiental no Ensino Fundamental Brasileiro: o percurso de um processo acelerado de expansão. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 23 p.: il. – (Série Documental. Textos para Discussão, ISSN 1414-0640; 21)